SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

01/07/2015 - Instituto Telecom

Para Bechara, da Anatel, inclusão de 100 milhões de brasileiros deve ser prioridade

Deputados e palestrantes divergem sobre a validação do programa Internet.org, programa do Facebook que deve ser implantado no Brasil, mas que é alvo de muitas críticas das organizações sociais. E não se chegou a uma conclusão após debate em audiência pública na Câmara dos Deputados nesta terça-feira, 30, ampliar os debates para o Congresso. De acordo com o vice-presidente da Anatel, Marcelo Bechara, o país deve ter obsessão em levar a internet a 100 milhões de brasileiros que estão excluídos, independentemente do tipo de acesso. "A preocupação do país deve ser de como se inserir na economia digital e não discutir modelos de negócios", disse.

Bechara disse que o objetivo do Facebook com o programa é ganhar dinheiro por meio da ampliação da sua base. "Não há nada de errado nisso, só acho que o governo pode exigir que o Facebook ou o Google contribuam decisivamente na ampliação da capacidade de inovação no país para que possamos desenvolver aqui o nosso Facebook", disse. O conselheiro disse que não adianta discutir se o programa irá trazer a internet de pobre, mas pensar que tem gente que sequer tem acesso à web. "E isso sim é grave", ressaltou.

O vice-presidente da Anatel disse que, apesar de a agência não ter ainda uma posição formal sobre a neutralidade da rede, pessoalmente considera que os modelos "zero rating" não ferem esse princípio. "Desde que as instituições sejam sólidas, que o Judiciário possa responder, assim como a defesa do consumidor, os procons e o Ministério da Justiça, o Cade, a própria Anatel e o Ministério das Comunicações e o Congresso Nacional", ressaltou. Bechara disse que discutir o modelo de negócios é perda de tempo.

A representante do Comitê Gestor da Internet do Brasil (CGI.br), Flávia Lefèvre, disse que nos 15 países onde o Inernet.org foi implantado há muitas críticas. Ela sustenta que o Marco Civil da Internet colocou a acesso à internet como um serviço essencial e que isso gera consequências para o governo, que precisa garantir a expansão do uso da internet e a otimização da infraestrutura. "A justificativa para um projeto como esse, que oferta internet restrita à rede social, é a deficiência de infraestrutura, porém mas parece uma nova forma de colonialismo do mundo moderno", disse.

A representante do Centro de Estudos Barão de Itararé, Renata Mièle, por sua vez, disse que o Internet.org só amplia a oferta de serviço onde há infraestrutura. Mas o gerente de Relações Governamentais do Facebook, Bruno Magrini, disse que a empresa pensa em usar veículos não tripulados (vant) para levar onde a conectividade onde não há infraestrutura. Porém, tradicionalmente, a empresa oferece seu produto por meio de parcerias com operadoras móveis. "Nós mostramos os benefícios da conectividade, para que essas pessoas venham a ser usuários da internet", disse.

A representante da Intervozes, Veridiana Alimonti, vê gerenciamento de técnico com o programa Internet.org ao restringir o uso à rede social, o que fere a neutralidade da rede. O diretor do SindiTelebrasil, Alexander Castro, rebate afirmando que questões comerciais e concorrenciais não se confundem com neutralidade da rede. E o diretor da Brasscom, Sérgio Sgobbi, afirma que a neutralidade deve coexistir com iniciativas de ampliação de acessos, novos modelos de negócios que estimulem o uso da rede.

A diretora do Departamento de Serviços e de Universalização das Telecomunicações, do Ministério das Comunicações, Miriam Wimmer, afirmou que o governo não assinou acordo com o Facebook. E que um grupo de trabalho, formado pelos Ministérios da Comunicação, da Justiça e da Ciência e Tecnologia, está avaliando o projeto e sua adequação à legislação brasileira. Ela disse que o mesmo projeto está funcionando em outros países, mas admite que podem existir riscos associados a esse modelo, como a fragmentação da internet dos ricos e dos pobres, se as pessoas que usam esse modelo se limitam ao universo do "zero rating".

O representante do Ministério da Justiça, Marcelo Chilvarquer, além de frisar que não há um acordo formalizado entre governo e Facebook, disse que o programa deve respeitar também a legislação de defesa do consumidor.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

01/07/2015 - Instituto Telecom

Teles pedem renovação do REPNBL, mas governo quer elevar os impostos

Se ainda travam uma cruzada contra um potencial reajuste do Fistel – a taxa de fiscalização das telecomunicações – as operadoras também levaram ao governo um apelo por uma nova prorrogação do Regime Especial de Tributação do Plano Nacional de Banda Larga. Mas foram lembradas que o momento é de ouvidos moucos aos temas de relaxamento fiscal.

Ainda assim, o interesse continua. Nesta terça, 30/6, ao participar de reunião da subcomissão sobre telefonia, criada no âmbito da Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara, o diretor presidente do sindicato nacional das teles, Eduardo Levy, disse aos deputados que "vamos tentar trazer para essa Casa a continuação do REPNBL". A data de hoje é o prazo final para a submissão de pedidos de desoneração.

Entre as empresas, no entanto, não há grande confiança no sucesso dessa empreitada. O clima mudou desde há um ano, quando o próprio governo patrocinou a renovação do programa que isenta de PIS, Cofins e IPI a implantação ou ampliação de redes de telecom. "O Ministério das Comunicações já adiantou que não há ambiente para isso no momento", diz o diretor de uma das principais teles do país.

Não que as empresas não tenham sentido a mudança de ambiente. A própria luta para evitar o reajuste do Fistel é exemplo claro de que, ao contrário de incentivos fiscais, o objetivo atual do governo federal é aumentar a arrecadação. O Ministério da Fazenda não faz segredo de que, diante de diversas taxas há anos sem correção, analisam recompor pelo menos parte da inflação corroída.

O mais recente balanço do REPNBL indica que já foram aprovados 1.048 projetos, que totalizam investimentos próximos a R$ 10,7 bilhões. Mas a fila de pedidos ainda a serem analisados sugere que o Ministério das Comunicações conseguirá atingir a meta de antecipar entre R$ 16 bilhões e R$ 18 bilhões em investimentos. O interesse das empresas é natural – na magnitude esperada pelo governo ao desenhar o regime especial, as isenções fiscais deveriam ficar entre R$ 5 bilhões e R$ 6 bilhões.

01/07/2015 - Observatório da Imprensa

'Fantástico' e escravidão

A reflexão que devemos fazer é em relação ao show em que os veículos de comunicação transformam o falecimento de um famoso, o que para valores éticos não há justificativas

Ninguém vai comentar nada sobre a reportagem do Fantástico de domingo (21/6) sobre escravidão, quando apenas citam que a empresa proprietária da fazenda Estrela de Alagoas foi multada em R$ 5 milhões? Quem é o dono? Se fosse do PT certamente teriam dito (Flavio Marson, médico, Ribeirão Preto, SP)

Ética e espetacularização da notícia

Por que a morte do famoso é tragédia e a do anônimo é só estatística? Certamente você já deve ter feito essa pergunta. Mas já reparou que jornalismo é assim desde que mundo é mundo? E tanto para as pessoas boas quanto para as más. A diferença é que hoje, com o avanço da tecnologia com as mídias sociais, a dimensão da morte do famoso é muito maior. Isso independe da atividade que faz. Por outro lado, cada vez mais a exposição da celebridade tanto contribui quanto prejudica.

Por exemplo, estão compartilhando vídeos e fotos da autópsia do Cristiano Araújo. Se fosse uma pessoa qualquer, isso não aconteceria. Aliás, cabe ressaltar que não deve acontecer com ninguém. Infelizmente existe gente inescrupulosa que ousa fazer. Fato é que todo sujeito que fica em evidência (seu trabalho é do interesse público), seja ele do meio artístico ou não, sempre será destaque na mídia. É complicado entender essa repercussão quando a gente tenta mensurar (a partir do nossos gostos e interesses) o nível ou grau do benefício que esse famoso fez ou trouxe à sociedade. No entanto, é sensato compreender que talvez para nós essa pessoa não tenha tanta importância, mas se houve repercussão é porque de alguma forma foi alguém relevante para milhares de pessoas. O problema não está na repercussão, e sim, no sensacionalismo. Ou seja, a forma apelativa como a notícia se apresenta a cada momento em que acessamos um veículo de comunicação: o vidente que previu a morte, a última mensagem que a mãe deixou na rede social, a última foto etc. Tudo em busca da audiência. São esses exageros que deveriam ser coibidos. Mas quem alimenta isso? Nós, receptores. O famoso também não deixará de entrar para a estatística. Sua morte pode ser tratada como tragédia, o que não invalida o drama e a fatalidade quando acontece com um anônimo querido nosso. A reflexão que devemos fazer é em relação ao show em que os veículos de comunicação transformam o falecimento de um famoso, o que para valores éticos não há justificativas. Ainda que possam existir pessoas adeptas do mau jornalismo que veneram a espetacularização deste tipo de notícia. (Eduardo Matheus Cerqueira da Silva, publicitário, Rio de Janeiro, RJ)

01/07/2015 - Rede Brasil Atual

Câmara rejeita redução da maioridade penal em primeiro turno

Resultado, embora bastante comemorado, ainda não é definitivo. Na tarde desta quarta-feira, Câmara volta a apreciar vários destaques e propostas apensadas à matéria

Depois de quase seis horas de discussão e mais de 13 horas de sessão plenária, os deputados acabam de rejeitar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 171, referente à redução da maioridade penal. Numa disputa duríssima, a PEC teve 303 votos favoráveis, mas eram necessários no mínimo 308 (três quintos dos 513 deputados). Um total de 493 parlamentares estiveram presentes à sessão: 184 rejeitaram a matéria, três se abstiveram e outros três, embora tenham registrado presença, não compareceram para votar, mas justificaram os motivos.

O resultado desta votação, anunciado aos 38 minutos de hoje (1º de julho), não é definitivo. À tarde, após a sessão do Congresso Nacional, haverá votação de destaques, emendas aglutinativas e também do texto original da PEC, uma vez que o texto apreciado na sessão encerrada há pouco foi um substitutivo à matéria.

Os parlamentares contrários à redução da maioridade penal, mesmo comemorando, consideraram que ainda há um longo caminho a ser percorrido, uma vez que várias propostas foram apensadas ao texto da PEC 171.

A discussão, no entanto, ainda não se encerrou, avisou o presidente da Câmara, Eduardo Cunha. "Eu sou obrigado a votar a PEC original para concluir a votação ou o que os partidos apresentarem. No curso da votação, poderão ser apresentadas várias emendas aglutinativas. A votação ainda está muito longe de acabar, foi uma etapa dela", disse Cunha.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

O substitutivo rejeitado reduziria de 18 para 16 anos a maioridade penal para crimes hediondos, como estupro, latrocínio e homicídio qualificado (quando há agravantes). O adolescente dessa faixa etária também poderia ser condenado por crimes de lesão corporal grave ou lesão corporal seguida de morte e roubo agravado (quando há uso de arma ou participação de dois ou mais criminosos, entre outras circunstâncias). O texto original, que pode ir à votação, reduz a maioridade para 16 em todos os casos.

O relator da proposta substitutiva, deputado Laerte Bessa (PR-DF), lamentou. "Infelizmente, nós perdemos. Eu fico triste, como parlamentar, e mais ainda como cidadão", disse o deputado. Bessa avaliou que as chances de vitória na PEC original são reduzidas. "O acordo foi feito com base nesse substitutivo", explicou.

A rejeição, nesta primeira etapa da votação, foi festejada pelos manifestantes – estudantes e integrantes de movimentos sociais – que desde o início da manhã de ontem se mobilizaram na Esplanada dos Ministérios e depois acompanharam a sessão das galerias.

Emoção

A sessão foi marcada por discussões entre os deputados e embates emocionados. Num deles, a deputada Keiko Ota (PSB-SP), que perdeu um filho ainda criança, vítima da violência, subiu ao plenário para pedir pela redução da maioridade.

"Estou me solidarizando com todas as mães de vítimas de menores. Meu filho se foi, mas acho que o momento é de agirmos para evitar que casos como estes voltem a se repetir", afirmou Keiko, vestindo uma camiseta com a foto do filho e apontando para várias mães de outras vítimas que estavam nas galerias. A deputada terminou sendo vaiada por manifestantes contrários à redução, o que levou a um protesto por parte do plenário e por pouco não levou à suspensão dos trabalhos.

Em seguida, a deputada Benedita da Silva (PT-RJ) disse que apesar de sentir muito pela perda da deputada, ela viveu a vida inteira no Morro da Mangueira, no Rio de Janeiro, foi estuprada quando criança, viu de perto muita violência e, mais do que ninguém, sabe que "o caminho não é a redução da maioridade". "Precisamos de políticas públicas, programas de reinserção social e mais educação, mas não vai adiantar reduzir a maioridade para colocar estes jovens na cadeia", acentuou.

Ao final da votação, o deputado Heráclito Fortes (PSB-PI), que sofreu uma queda no corredor das comissões, em meio a um ato promovido pelos estudantes, pediu para se manifestar sobre o ocorrido. Ele contou que não atribui culpa a ninguém pelo fato de ter perdido o equilíbrio no momento do tumulto e comunicou que se absteve da votação, por considerar que houve excessos de ambos os lados.

"O que vi aqui foi uma noite de insensatez nesta votação. Vi dados não verdadeiros sendo divulgados e muita manipulação de informações. Por isso, preferi me abster, para que o assunto volte a ser discutido com mais lucidez", criticou.

A rejeição à PEC deixou os estudantes vibrando, em meio a aplausos, gritos de comemoração, como "mais educação, dizemos não à redução".

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

30/06/2015 - Vermelho

Banco Central: contas públicas devem melhorar a cada mês em 2015

Os resultados das contas públicas devem ser melhores a cada mês até o final do ano, na avaliação do chefe adjunto do Departamento Econômico do Banco Central, Fernando Rocha.

Em maio, o setor público consolidado – governos federal, estaduais e municipais e empresas estatais – apresentou déficit primário de R$ 6,9 bilhões, no mês passado. "Essa foi a primeira vez no ano em que o resultado apresentou melhora na comparação interanual", disse Rocha. Em maio de 2014, o resultado negativo foi ainda maior: R$ 11,04 bilhões.

Em 12 meses encerrados em maio, o setor público registrou déficit primário de R$ 38,47 bilhões, o que corresponde a 0,68% do Produto Interno Bruto (PIB), soma de todos os bens e serviços produzidos no país. Rocha destacou que esse déficit em relação ao PIB é o melhor resultado desde fevereiro deste ano, quando ficou em 0,64%. Segundo Rocha, esse dado teve impacto da melhora do resultado primário de maio, na comparação com o mesmo mês de 2014. "O que se espera é que essa inflexão nos resultados vá se desenvolvendo ao longo do ano", disse.

O superávit primário, economia de recursos para pagar os juros da dívida pública, ajuda a conter o endividamento do governo, em médio e longo prazos. Para este ano, a meta de superávit primário para o setor público corresponde a R$ 66,3 bilhões ou 1,1% do PIB.

Os gastos com os juros que incidem sobre a dívida chegaram a R$ 52,87 bilhões, em maio, e acumularam R$ 198,93 bilhões, nos cinco meses do ano. No mês, as despesas com juros foram as maiores da série do BC para meses de maio. Segundo Rocha, isso ocorreu devido ao efeito da alta do dólar de 6,2% no mês nas operações de swap cambial feitas pelo BC. Na operação de swap cambial, há uma troca (swap) de rendimentos entre os investidores e o BC, envolvendo dólar e taxa de juros. Quando o dólar cai, o BC tem lucro e o inverso ocorre quando a moeda americana sobe.

Em 12 meses encerrados em maio, os gastos com juros chegaram a R$ 408,762 bilhões, o pior resultado já registrado pelo BC na série histórica, iniciada em dezembro de 2001. Em relação ao PIB, o resultado ficou em 7,22% do PIB, o pior desde abril de 2006 (7,34%).

Em maio, o déficit nominal, formado pelo resultado primário e as despesas com juros, chegou a R$ 59,77 bilhões. De janeiro a maio, o setor público registra deficit nominal de R$ 173,39 bilhões.

A dívida líquida do setor público chegou a R$ 1,9 trilhão em maio, o que corresponde a 33,6% do PIB. Em relação a abril, a dívida em proporção do PIB caiu 0,1 ponto percentual. A dívida bruta chegou a R$ 3,53 trilhões ou 62,5% do PIB, com aumento de 0,9 ponto percentual em relação a abril.

O BC projeta que a dívida líquida em relação ao PIB deve chegar a 34,9%, ao final do ano, ao se considerar a meta de superavit primário (1,1% do PIB). A projeção feita com base na estimativa do mercado para o superavit primário este ano (0,7% do PIB), a dívida deve ficar em 35,3% do PIB.

A dívida bruta deve ficar em 62,7% do PIB, na projeção feita com base na meta de resultado primário. Já a projeção com base na estimativa do mercado para o superavit primário, a expectativa ficou em 63,1% do PIB.

Para fazer essas projeções, o BC também considerou a projeção de mercado para o câmbio ao final do ano em R$ 3,20, a taxa Selic média em 2015 em 13,4% ao ano e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em 9%. Também foi incluída a projeção do BC para o PIB, que é queda de 1,1%, este ano.

Rocha destacou que o governo, quando lançou a estratégia de ajuste fiscal, não espera por queda da dívida pública ainda este ano. "Foi anunciado um programa de ajuste gradual. A estabilização da dívida não seria alcançada em um ano. Mas teria ajustes de alguns anos que contribuiria para a estabilidade e depois para redução", disse.